



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

ISSN: 1981-1411

Universidade Federal da Bahia

Santana, Ivo de
ESTUDANTES AFRICANOS NO BRASIL: DESEJO OU CONTINGÊNCIA?
Afro-Ásia, núm. 66, 2022, pp. 645-654
Universidade Federal da Bahia

DOI: <https://doi.org/10.9771/aa.v0i66.52078>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77075112023>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

ESTUDANTES AFRICANOS NO BRASIL: DESEJO OU CONTINGÊNCIA?

REIS, Luiza Nascimento dos. *Estudantes africanos e africanas no Brasil (Anos 1960)*. Recife: Ed. UFPE, 2021. 192 p. 

O lançamento do livro *Estudantes africanos e africanas no Brasil (Anos 1960)* provoca a necessidade de lembrar que, nos séculos XVII, XVIII e até meados do XIX, o Brasil mantinha relações estreitas com o continente africano. Nesse período, África e Brasil formavam um espaço relativamente interligado, em razão do tráfico negreiro, que produzia um volumoso comércio de mercadorias e de pessoas. O fim do tráfico, em 1850, silenciou essas relações e, por praticamente um século, o continente esteve ignorado nas relações internacionais do país. A África não constava nos discursos oficiais, tampouco nos conteúdos escolares, causando aos brasileiros o desconhecimento da realidade africana, e deixando marcas profundas na memória nacional.

A mudança desse quadro só veio a acontecer em 1961, quando, apoiado em um expressivo resultado das urnas – a maior votação da história brasileira, até então –, Jânio Quadros assumiu a presidência do Brasil e estabeleceu, formalmente, relações políticas com países africanos independentes, assinando uma mudança significativa de rumo na política externa brasileira, comparado aos governos que o antecederam.¹

Só para se ter uma ideia, no governo Kubitschek as posições brasileiras referentes a assuntos africanos nas assembleias da

1 Pío Penna Filho, *O Brasil e a África do Sul – o Arco Atlântico da política externa brasileira (1918-2000)*, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

Organização das Nações Unidas (ONU) eram favoráveis aos colonialismos português e francês. Refletiam a orientação das políticas da Europa e dos Estados Unidos e causavam desconfianças a respeito do Brasil por parte dos africanos. Para além disso, os movimentos de independência que, em 1960, deram origem a dezessete novos Estados na África não provocaram qualquer gesto ou discurso significativo do governo brasileiro. Aquele foi, inclusive, considerado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como o “ano da África”.

Os processos de descolonização e formalização das independências projetavam a África aos olhos do mundo. Novos Estados surgiam no continente modificando o mapa mundial e abrindo grandes oportunidades em termos econômicos, sociais e políticos. Paralelamente, o contexto de Guerra Fria dominava a cena internacional e alianças com as novas nações passaram a ser disputadas por outros países, por constituírem mercados potenciais para seus produtos e espaço para expansão de influência na geopolítica internacional.

No Brasil, o governo Quadros desenvolveu uma série de ações de política externa, buscando demonstrar o interesse do país junto aos mercados africanos. Nos discursos oficiais, divulgava-se a imagem de um país em que prevalecia a democracia racial, ainda que, facilmente, se identificasse internamente uma constante prática de exaltação aos valores emanados da Europa e dos Estados Unidos. Foram criadas embaixadas em pontos estratégicos do continente, e organismos como o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), com o intuito de reduzir o desconhecimento dos brasileiros em face das realidades africanas. Para demonstrar a ausência de preconceito racial, foi nomeado o primeiro embaixador negro brasileiro, Raymundo Sousa Dantas, cuja experiência é relatada no livro intitulado *África difícil: missão condenada (diário)*. O conjunto de medidas adotado por Quadros incluía um programa de intercâmbio acadêmico com a concessão de bolsas a estudantes africanos que desejassem estudar no Brasil.

Nessa conjuntura, a disputa por garantir o favoritismo nas relações com as jovens nações levou os estudantes

africanos ao centro das questões internacionais. Sem pessoal qualificado para administrar as instituições dos Estados recém-independentes, as novas nações demandavam quadros técnicos e administrativos em grande quantidade. Eram poucas as escolas secundárias, e os estabelecimentos universitários praticamente inexistiam. Assim, de Paris a Moscou, da Europa aos Estados Unidos, os estudantes africanos dos Estados recém-criados, ou de países em vias de emancipação, passaram a ser disputados e atraídos com bolsas de estudo para concluir seus cursos secundários ou de graduação no exterior.²

No contexto polarizado da Guerra Fria, as bolsas eram um instrumento político. Os países recém-independentes eram incentivados a se aliar aos Estados Unidos ou à União Soviética, pois calculava-se que, ao retornarem, os ex-bolsistas tornar-se-iam vetores de modelos políticos e aliados potenciais do regime. Por outro lado, eram também um investimento na promoção de uma *proto-élite* de

futuros homens de Estado, dos quais esperava-se em troca uma “atitude cooperativa” quando estivessem instalados em cargos de responsabilidade na África.

A preocupação de que o investimento fosse rentável impunha acurada seleção dos estudantes através de testes psicológicos, de aptidão profissional e entrevistas; além disso, o curso deveria ser conectado às necessidades do país. A disputa exigia bolsas atraentes aos olhos dos estudantes e dos governos africanos que, reconhecendo sua importância, jogavam com o desejo dos blocos soviético e americano de levar nações recém-independentes para seu lado.

Nessas condições, muitos africanos foram estudar no exterior, e com a aproximação das independências o número destes se multiplicou. Em 1950, a França, por exemplo, recebeu em torno de dois mil estudantes africanos e, entre 1960-1961, esse número quadruplicou, saltando para oito mil.³

Na década de 1960, os governos da Bélgica, Alemanha e Inglaterra

2 Françoise Blum, “Étudiants africains en France: une si longue histoire... sans avenir?”, *De facto*, n. 5 (2019) .

3 Fabienne Guimont, *Les étudiants africains en France (1950-1965)*, Paris: L'Harmattan, 1997.

convidaram jovens africanos, contemplando-os com bolsas para estudarem em suas universidades ou realizarem estágios em instituições públicas e privadas, visando prepará-los para carreiras técnicas e científicas. Nos Estados Unidos, sociedades missionárias, fundações, organizações privadas e até mesmo particulares concediam bolsas para africanos nas escolas americanas. Além disso, a atração dos estudantes incluía a formação de professores, jornalistas e conferencistas para lidarem com assuntos africanos e formarem a opinião americana e africana.⁴

Universidades soviéticas também receberam estudantes africanos, além de assinarem acordos nas áreas de ensino e pesquisa. Em 1960, foi criada a Universidade Patrice Lumumba, cujo nome homenageia o líder da independência congoleza e primeiro-ministro pró-soviético do Congo. Até 1975, cerca de trinta mil africanos já tinham ido estudar na União Soviética.⁵

4 Philippe Decraene, *Les Etats-Unis manifestent un intérêt croissant pour les territoires de l'Afrique noire*, *Le monde diplomatique*, dez. 1958, p. 3 .

5 Eric Burton, "Navigating Global Socialism: Tanzanian Students in and Beyond East Germany", *Cold War History*, v. 19, n. 1 (2019), pp. 63-83 .

Por sua vez, vários dos antigos bolsistas tornaram-se chefes políticos, a exemplo de Kwame Nkrumah, presidente de Gana; Okoi Aripko, ministro das Relações Exteriores da Nigéria; Balamu Jaberu Mukasa, primeiro-ministro da província de Bunyore, em Uganda; Jomo Kenyatta, presidente do Quênia; Agostinho Neto, presidente de Angola; Amílcar Cabral, que liderou a organização do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – dentre outros que se tornaram altos funcionários de governo em seus países.

O Brasil também promoveu a vinda de africanos para estudar em suas universidades, e o primeiro grupo chegou ao país em 1961, através de um programa de intercâmbio do Itamaraty. Nos termos desse intercâmbio, estudantes e pesquisadores africanos indicados pelas embaixadas brasileiras na África eram contemplados com bolsas de estudos para realizarem cursos de graduação e pós-graduação em universidades brasileiras. Os estudantes desembarcariam na cidade de Salvador, onde, por três meses, cursariam língua portuguesa e civilização brasileira no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO);

depois, seriam direcionados para universidades que os haviam aceitado a fim de completarem seus estudos.

O livro de Luiza Reis analisa o desenvolvimento desse intercâmbio e constitui parte revisada e ampliada de sua dissertação de mestrado, defendida em 2010, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia, intitulada “O Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA: intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África (1959-1964)”.

A obra lança luz sobre os meandros desse episódio das relações internacionais, um dos mais controvertidos na história da política externa brasileira, seja pela forma e pelas condições como foi concebido, seja pelas fortes vozes oponentes, pela precariedade de recursos, pelos embaraços e pelo desconhecimento mútuo entre os parceiros. Some-se a isso o emaranhado contexto internacional em que se sobrepunham descolonizações, o surgimento de novos Estados na África e as complicadas constelações da Guerra Fria, com vários jogadores competindo por influência e liderança ideológica. Além disso, as mudanças políticas em

curso no Brasil geravam um ambiente de expectativas e incertezas.

Reis centraliza sua análise nos dois primeiros grupos de estudantes que chegaram ao Brasil, entre 1961 e 1962, e nos dá a conhecer os bastidores de um empreendimento singular, mas também conteúdos e personagens cujas ações, em seu tempo, não alcançaram notoriedade suficiente, seus registros fadados ao esquecimento – e, o mais interessante, com uma linguagem objetiva, sem o enfado e a sisudez comuns na maioria dos textos acadêmicos. O que se esperava desses estudantes? Que critérios eram utilizados na sua seleção?

Graças à minuciosa pesquisa bibliográfica, em documentos institucionais e em correspondências privadas, a autora recupera do esquecimento pessoas, instituições, discussões e movimentos que já aconteciam no país, na tentativa de viabilizar o intercâmbio. Sobressai o empenho do Centro de Estudos Afro-Orientais da Bahia – o primeiro espaço acadêmico dedicado a assuntos africanos no país – na mobilização de recursos institucionais, materiais e pessoais diversos (inclusive

financeiros), num momento em que, inclusive no governo, nada havia de concreto quanto à política de aproximação com a África.

Organizado em seis capítulos, somados à introdução, o livro mostra-se instigante, desde as palavras introdutórias, onde uma série de elementos contextualizadores são justificadamente detalhados. O capítulo inicial aborda a experiência singular do professor nigeriano dr. Ebenézer Latunde Lasebikan, primeiro docente africano a lecionar em uma universidade brasileira. O ensino da língua iorubá era também inédito na Universidade Federal da Bahia que, em uma ação sem precedentes, abriu suas portas para uma turma de alunos composta de babalorixás e ialorixás. Isso constitui um acontecimento excepcional, uma oportunidade ímpar e de fundamental significado na preservação do patrimônio cultural africano em solo brasileiro. As universidades brasileiras não ofereciam cursos dessa natureza e, em especial, destinados a pessoas de terreiro, guardiões do patrimônio cultural africano no Brasil, responsáveis pela disseminação desse conhecimento.

O cotejamento de informações das correspondências de Lasebikan com relatos publicados na imprensa produz uma leitura agradável, permitindo captar elementos significativos da dimensão humana e profissional do professor nigeriano e, também, deixando algumas lacunas acerca de sua vida no Brasil, o que sugere a necessidade de novas pesquisas que enriquecerão ainda mais o conhecimento sobre a sua notável trajetória.

O segundo capítulo versa sobre a experiência de estudantes angolanos que estiveram no Brasil em 1959 com bolsas concedidas pela Igreja Metodista em Angola. A trajetória desses estudantes no país os distingue pelas fortes relações de militância anticolonial que mantinham em seus países de origem e continuaram a exercer clandestinamente no Brasil, contrariando a proibição do seu envolvimento em questões políticas. Destaca-se a trajetória de Deolinda Rodrigues Francisco de Almeida, figura importante no movimento pela independência angolana que, aos vinte anos, esteve no Brasil cursando Sociologia em São Paulo e se articulava clandestinamente com diversos interlocutores, denunciando

a violência colonial portuguesa. Chegou a trocar correspondências com o reverendo Martin Luther King Jr., líder da luta pelos direitos civis dos afro-americanos, solicitando orientações sobre a independência em seu país.

Deolinda fugiu do Brasil em 1961, ameaçada de extradição pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), a polícia política portuguesa durante a ditadura de Salazar, por “actividades subversivas contra a segurança exterior do Estado”.⁶ Após sua morte em 2 de março de 1967, o governo angolano consagrou essa data como Dia da Mulher Angolana e, em sua homenagem, uma importante avenida em Luanda tem o seu nome. Na atualidade Deolinda é considerada heroína nacional em Angola. Sua referência nessa obra se mostra emblemática e significativa, por revelar uma experiência singular de intercâmbio, ocorrida em período anterior às ações da política africana do governo Jânio Quadros. Conforme a autora, a jovem

estudante de Sociologia foi a primeira aluna africana de quem se tem notícia no Brasil.

Outros personagens com suas histórias peculiares são tratados nesse mesmo capítulo. O empenho do CEAO em conceder bolsas a refugiados angolanos que pretendiam estudar no Brasil e negociações nesse sentido são revelados com riqueza de detalhes, com uma linguagem descomplicada e que põe à mostra impasses, hesitações, desgostos, desinformações, mas também o comprometimento dos articuladores nessa penosa e complexa operação, em momento de grandes disputas internacionais e de dificuldades políticas no Brasil.

No Capítulo 3, o intercâmbio acadêmico é analisado a partir da experiência dos pesquisadores e estudantes brasileiros que foram realizar cursos na Universidade de Dacar – Senegal. São os primeiros estudantes brasileiros a frequentarem uma universidade africana e chamam a atenção por sua excepcionalidade: à época o continente africano não era considerado um local cujas instituições pudessem contribuir para a formação dos brasileiros. Então, o que motivou

6 Mateus Pedro Pimpão António, “A vida de Deolinda é a dedicação a um ideal”: entrevista com Roberto de Almeida”, *Abril*, v. 12, n. 25 (2020), pp. 151-162 

a ida de cada um desses estudantes? Como foi efetuada a seleção? Qual o perfil étnico-racial dos participantes brasileiros dessa experiência? Essas e outras questões nos acorrem ao ler a obra, sobretudo considerando as situações relatadas de racismo cometidas por brasileiros contra os africanos na referida universidade.

No quarto capítulo, Luiza Reis recorre a notícias publicadas em jornais para compor um quadro pouco usual, retratando a calorosa recepção dos quinze primeiros bolsistas africanos no desembarque em Salvador. O triunfo da chegada contrapõe-se ao comentário de um dos articuladores em Acra (Gana), afirmando que “não foi nada fácil fazer a turma desembarcar no Brasil”, referindo-se aos desafios, reveses, trâmites, embaraços, expectativas e constrangimentos que, resgatados pela autora, testemunham a dedicação de pessoas que, apostando na cooperação acadêmica, tudo fizeram para a chegada dos africanos, desenvolvendo ações e estimulando o interesse de governantes e instituições africanas e brasileiras.

Conforme observa Luiza Reis, a experiência constitui acontecimento marcante na história da universidade

brasileira. De fato, é fácil imaginar o impacto, na época, da presença desses jovens africanos adentrando universidades públicas, majoritariamente brancas e consideradas de elite no Brasil. Eram os primeiros africanos a cursar graduação e pós-graduação nessas instituições. Como foram recepcionados e que trajetória desenvolveram num país cujas instituições não estavam acostumadas a ter pessoas negras, muito menos africanas, como sujeitos passíveis de aprendizagem e produção de conhecimento? O que resultou dessa experiência?

O livro permite, dessa maneira, adentrar numa experiência inédita das relações internacionais que traz a história singular de pessoas negras no mundo. Afinal, essas pessoas provinham de nações que buscavam estruturar-se após anos de colonização, com sistemas educacionais precários; logo, o diploma estrangeiro alimentava as esperanças de mobilidade social.

A preferência do intercâmbio recaía sempre sobre as grandes potências. Tais diplomas gozavam de maior prestígio e já havia uma tradição de bolsas, inclusive mais atrativas. À exceção das potências

européias e dos Estados Unidos, que outros governos além do brasileiro promoveram esse tipo de intercâmbio nos anos 1960? O que surpreende no caso do Brasil é que esses estudantes saíram para estudar, não no antigo país colonizador, como acontecia muitas vezes, mas em um país em relação ao qual muitas vezes estiveram divididos entre o desconhecimento e a desconfiança, sem tradição de receber estudantes africanos e cujas recompensas em termos de bolsas eram inferiores aos oferecidos por outros países. Assim, estudar no Brasil seria exatamente uma escolha ou uma contingência para esses jovens?

Essa e outras questões permeiam a obra, gerando reflexões importantes que ajudam a desvelar fatos pouco conhecidos da história do Brasil, envolvendo jovens negros em uma situação comum: a busca por algo que ainda não era possível obter em seus lugares de origem. Estavam em “terra alheia”, onde “não é necessário acostumar-se, pois não se é daqui. Apenas, se está aqui”. E como se deu a socialização desses jovens no Brasil? Quais as percepções e perspectivas deles em relação ao país? O que os

marcou? De que maneira se viram afetados por situações de racismo? Que cursos buscaram e quais suas perspectivas de futuro profissional? Quais as expectativas dos brasileiros em relação aos atributos culturais e formas de vida que os africanos deveriam ter e que configurariam o que se esperar da África?

As discussões e reflexões continuam, de forma sempre instigante e prazerosa, nos Capítulos 5 e 6, focalizando o segundo grupo de oito estudantes que chegou ao Brasil, em 1962, diante de desistências de alguns deles e de laboriosas articulações efetuadas, em meio à crise política desencadeada com a renúncia de Jânio e seus desdobramentos com a posse de João Goulart na presidência do Brasil.

Não é demais mencionar que todos esses acontecimentos são habilidosamente tratados e referidos a partir de uma narrativa envolvente, considerando-se que, em geral, temas relacionados a relações internacionais produzem conteúdos pouco acessíveis em face da sisudez dos fatos e dos documentos oficiais que os constituem. Ao agregar correspondências pessoais dos envolvidos, a autora nos introduz à intimidade e

à informalidade das pessoas, e disso resulta uma visão mais clara, menos tediosa e de fácil compreensão acerca de temas considerados áridos. Revela, igualmente, a dimensão humana dessas operações, com abertura de possibilidades de pesquisas que atentem para as trajetórias de vida dos ex-alunos, apontando possíveis dificuldades de conversão das experiências e mostrando o capital cultural, social, simbólico e político acumulados no exterior.

Como bem demonstrou Luiza Nascimento dos Reis, o Brasil é um

dos países emissores e também receptores de pessoas que, sem sombra de dúvida, foram afetadas e moldadas pelas variadas trocas e circulações, e que cruzavam fronteiras políticas, ideológicas, econômicas e culturais. As experiências delas precisam ser conhecidas e entendidas em um quadro mais amplo que, inclusive, leve em conta as condições e dinâmicas “de volta para casa” e, simultaneamente, situe as trajetórias dos estudantes no exterior, que muitas vezes implicaram vivenciar tensões e desigualdades.

Ivo de Santana  

Universidade Federal da Bahia

doi: 10.9771/aa.v0i66.52078

